

LÍNGUA E RAÇA NO *DICCIONARIO GRAMMATICAL*, DE JOÃO RIBEIRO

LANGUAGE AND RACE IN THE *DICCIONARIO GRAMMATICAL*, BY JOÃO RIBEIRO

Felipe Augusto Santana do Nascimento¹

Instituto Federal do Sertão Pernambucano

Resumo: Língua e raça foram noções centrais no debate sobre o que seria o brasileiro e o *status* da língua falada no Brasil na passagem do século XIX para o século XX. Situado na História das Ideias Linguística no Brasil em articulação com a Análise do Discurso, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre língua e raça na terceira edição do *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, de 1906. Ao analisar as definições dos verbetes *brasileirismos*, *ethnos*, *negro*, *raças* e *tupi-guarani*, pode-se observar como o sujeito lexicógrafo, ancorado em discursos científicos de sua época, mais especificamente o da gramática comparada, historicizou o debate sobre língua e raça, posicionando-se frente a discursos deterministas e evolucionistas, ao significar o que seria a “língua brasileira”. Essa historicização, no entanto, apagou a relação desigual de força à qual sujeitos negros e indígenas e suas línguas foram submetidos em prol do que foi significado como um processo de “miscigenação civilizado”.

Palavras-chave: Dicionário gramatical; Língua; João Ribeiro; Raça.

Abstract: Language and race were central notions in the debate about what would be Brazilian and the status of the language spoken in Brazil in the transition from the 19th to the 20th century. Situated in the History of Linguistic Ideas in Brazil in conjunction with Discourse Analysis, this work aims to analyze the relationship between language and race in the third edition of the *Diccionario Grammatical*, by João Ribeiro, from 1906. When analyzing the definitions of the entries *brasileirismos*, *ethnos*, *negro*, *raças* and *tupi-Guarani*, one can observe how the lexicographer subject, anchored in scientific discourses of his time, more specifically that of comparative grammar, historicized the debate about language and race, positioning itself against deterministic and evolutionist discourses, by meaning what the “Brazilian language” would be. This historicization, however, erased the unequal relation of strength to which black and indigenous subjects and their languages were subjected in favor of what was meant as a process of “civilized miscegenation”.

keywords: Grammatical dictionary; Language; João Ribeiro; Race.

Submetido em 30 de julho de 2020.

Aprovado em 10 de agosto de 2020.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágios de pesquisa no exterior (Doutorado Sanduíche) na Université Sorbonne Nouvelle - Paris III (bolsista PDSE/Capes) e na Universidad de Buenos Aires (UBA). Mestre em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizando mobilidade discente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Graduado em Letras (Licenciatura em Língua Portuguesa e em Língua Espanhola) pela UFPE. Foi Professor Substituto de Língua Portuguesa na Universidade Federal de Itajubá (Unifei), no campus sede em Itajubá-MG (2019-2020). Atualmente, é Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), no campus Salgueiro, onde atua na educação básica e no ensino superior. E-mail: felipe.augustus@hotmail.com.

Introdução

O embate entre o nome da língua falada no Brasil foi objeto de estudos de muitos historiadores das ideias linguísticas e analistas de discurso. Em comum, os diferentes trabalhos discutiram como a língua falada no país foi sendo significada em diferentes instrumentos linguísticos, cujos sentidos produziram efeitos para os sujeitos e seus espaços de vida. Dizer “língua brasileira” ou “língua nacional” não era (e não é) o mesmo que dizer “língua portuguesa”, e nessa tensão que foram sendo constituídos sentidos sobre a língua do/no Brasil.

Ao significar a língua, significou-se também os sujeitos que nela se constituíam. Foi, dessa forma, que, no Brasil, a História das Ideias Linguísticas (HIL) produziu uma indissociabilidade entre ciência, Estado e sociedade (ORLANDI, 2001), pois a história de uma língua está articulada aos saberes que se produziram sobre ela e aos sujeitos que dela/nela se constituem num espaço-tempo. Dito com outras palavras: ao significar os sujeitos, significam-se também suas línguas e seus espaços de vida e, ao significar suas línguas, os sujeitos que delas fazem parte também são significados, o que muitas vezes produziu uma divisão (classificação/hierarquização) entre as línguas e entre os sujeitos “fora” e “dentro” de uma sociedade num espaço-tempo.

No Brasil, o modo singular que a História das Ideias Linguísticas se institucionalizou, principalmente na sua relação com a Análise do Discurso materialista, permitiu um olhar discursivo pela maioria daqueles que faz História das Ideias Linguísticas no território brasileiro. O marco inicial dessa institucionalização é o projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, iniciado em 1987 e coordenado por Eni Orlandi (ORLANDI, 2013, p. 10). Buscou-se, assim, nesse primeiro momento, situado na área da Análise do discurso, compreender a produção de sentidos sobre a brasilidade e os discursos que significam o brasileiro.

A esse primeiro projeto, como sistematiza Ferreira (2018, p. 19), seguiram-se outros que possibilitaram a colaboração entre instituições brasileiras e estrangeiras: “Construção de um Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional” (1992-1995 - coordenado por Eni Orlandi/Unicamp e Sylvain Auroux/(ENS Fontenay/Saint-Cloud); “Ética e Política das Línguas” (1996-2003 - coordenado por Eni Orlandi/Unicamp, Diana Luz Pessoa de Barros/USP e Sylvain Auroux/Université Paris VII); e “O Controle Político da Representação: Uma História das Ideias” (2005-2008 - coordenado por Eduardo Guimarães/Unicamp e Jean-Claude Zancarini/ENS-LSH). Além

de colaborações internacionais, houve a expansão de relações interinstitucionais nas universidades brasileiras, a partir dos anos 2000, notadamente entre a Unicamp e a Universidade do Estado do Mato Grosso e entre aquela e a Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, há pesquisadores da história das ideias linguísticas, em maior ou menor número, em instituições das cinco regiões do país, o que demonstra a potência e a expansão dessa área do saber.

Sem dúvidas, as contribuições da História das Ideias Linguísticas no Brasil é grande nesses cerca de 30 anos. Muitas foram as frentes de trabalho: gramáticas, dicionários, manuais, academias, língua nacional, políticas linguísticas, brasileiro, índio/indígena, cidadania/cidadão, fronteiras, institucionalização dos estudos da linguagem no Brasil, sujeito escolarizado, urbano etc. Tais frentes foram importantes para a institucionalização da História das Ideias Linguísticas no Brasil e apontam para a diversidade de trabalhos nessa área do saber. No entanto, apesar de aparecer em textos de historiadores das ideias linguísticas no Brasil, a questão racial foi pouco presente nos trabalhos em HIL, principalmente no que se refere ao estudo de dicionários. Podemos citar, como exemplos de trabalhos que tocam nessas questões raciais, a dissertação de Carolina de Paula Machado, situada na articulação entre a Semântica do Acontecimento e a História das Ideias Linguísticas e defendida na Unicamp sob a orientação de Eduardo Guimarães, que traz considerações importantes sobre a questão racial ao tratar da designação da palavra *preconceito* em dicionários do século XX e XXI, e os trabalhos de Margarida Petter sobre africanismos em dicionários, que tocam em questões raciais embora de forma tangenciada².

A escassez de trabalhos, sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas no Brasil, que tratam sobre questões raciais em dicionários de línguas também se estende aos dicionários especializados (enciclopédias e dicionários terminológicos), como é o caso de dicionários gramaticais. Dentre os estudiosos que discutiram a questão racial para pensar a língua, destaco a figura de João Ribeiro, que apresenta obras sobre a história do Brasil e sobre a língua portuguesa do/no Brasil. Neste trabalho, ainda que de forma inicial, proponho analisar seu *Diccionario Grammatical*³, publicado pela primeira vez em 1889

² Estou referindo-me especificamente à produção brasileira. Na França, por exemplo, em 1972, temos a publicação do artigo *Le mot "nègre" dans les dictionnaires français d'Ancien régime; histoire et lexicographie*, de Simone Delesalle e Lucette Valensi, que toca em questões raciais.

³ Optei por manter a grafia da época tanto no título da obra quanto nos recortes selecionados para análise.

e cuja edição analisada será a terceira, de 1906. Embora seja um dicionário gramatical, é importante frisar que o dicionário não trata apenas de termos que seriam considerados partes da “gramática”, distanciando-se, assim, de outros dicionários desse tipo. Ao propor um dicionário gramatical, que apresentaria um discurso especializado sobre a gramática, João Ribeiro traz elementos de sua história para selecionar e definir os verbetes, posicionando-se em relação a outros estudiosos de sua época e relacionando o estudo da língua a questões sócio-histórico-culturais, ao enfatizar as relações dos “fatos da linguagem” na constituição da gramática.

O *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, é o primeiro que traz a definição do verbe *Linguística* e apresenta a definição dos verbetes *ethnos*, *raças*, *negro*, *tupi-guarani* e outros verbetes que podem ser considerados do campo étnico-racial. Ao analisar alguns verbetes desse dicionário gramatical, será possível lançar luzes para a discussão entre língua e raça na área dos estudos da linguagem na passagem do século XIX para o século XX no Brasil.

1. João Ribeiro e seu *Diccionario Grammatical*

Como afirma Orlandi (2013, p. 154), João Ribeiro é “um historiador que faz Gramática” e essa particularidade produz efeitos nas suas obras. Como historiador, João Ribeiro esteve dois anos na Alemanha e sua compreensão da história como multiplicidade da cultura de uma sociedade possibilitou, na área dos estudos da linguagem, um olhar historicizado para a língua portuguesa que circulava no Brasil.

Nordestino, nascido na cidade de Laranjeiras, em Sergipe, João Ribeiro, além de historiador, foi jornalista, filólogo, crítico literário e membro da Academia Brasileira de Letras. Embora seja conhecido como historiador, especialmente por ter escrito a sua obra *História do Brasil*, João Ribeiro tem um lugar especial na história dos estudos da linguagem no Brasil por se destacar na produção de gramáticas em língua portuguesa com caráter pedagógico para o ensino secundário.

Em suas obras, as perspectivistas positivistas e evolucionistas assim como a perspectiva da gramática comparada estão presentes. Mais especificamente, é preciso comentar que a contribuição dos estudos histórico-comparativos, nesse momento histórico da passagem do século XIX para o século XX, possibilitou aos estudos gramaticais a realização de pesquisas que apresentassem cunho “científico”, conforme os moldes positivistas da época. Nesse sentido, é possível observar, principalmente na obra

de João Ribeiro, uma preocupação com os “fatos da linguagem”, sendo a gramática (histórica) entendida como a ciência que estuda os fatos da linguagem⁴. Filiado a uma discursividade positivista, o “fato” seria aquilo que poderia ser comprovado “cientificamente” por meio do estudo e da observação de um fenômeno.

Na área dos estudos da linguagem, apesar de ter ficado mais conhecido pela produção de gramáticas, João Ribeiro é autor do *Diccionario Grammatical*, cuja primeira edição foi lançada em 1889 e a terceira edição, revisada e aumentada, em 1906. Devido às características pedagógicas, o dicionário de João Ribeiro seria considerado um instrumento linguístico-pedagógico, já que é uma tecnologia de saber metalinguístico com finalidade de servir como guia e suplemento para o ensino. O próprio João Ribeiro, no prefácio da terceira edição de seu dicionário, de 1906, aponta para o caráter pedagógico de sua obra:

Foi primitivamente o *Diccionario Grammatical* organizado para corresponder á necessidade que havia de reduzir em um só corpo, na ordem alphabetica, por mais facil, as materias complementares do estudo da lingua portugueza, segundo as exigencias dos novos programmas de ensino.

A preocupação de João Ribeiro, conforme enfatiza no prefácio, era de que seu dicionário não só estivesse de acordo com os parâmetros de ensino, mas que versasse sobre tendências atuais nos estudos gramaticais, o que significava não reduzir o estudo gramatical à fonética, mas contemplar também “os grandes factos da evolução synthática e literária”. João Ribeiro, portanto, enfatiza um tipo considerado mais amplo sobre a linguagem que não se limitasse a estudar apenas a “evolução orgânica e medieval da lingua”. Sobre esse caráter singular de ser ao mesmo tempo voltado ao ensino e de estar vinculado a tendências atuais sobre os estudos da linguagem da época, Baldini afirma:

Se, por um lado, o dicionário de João Ribeiro também se vincula ao ensino e, desse modo, aos programas de Português instituídos pelo Estado, e, além disso, também procura fornecer à gramática os "avanços" das ciências da linguagem, há aqui uma diferença que ressalta de seu trabalho. (BALDINI, 1999, p. 66-67).

⁴ O dicionário de João Ribeiro apresenta a definição do verbete *grammatica*. Devido à extensão do verbete, recortei aqui a primeira parte: “**Grammatica**: Varia conforme o entender e conforme o progresso das épocas o conceito que se tem feito da *grammatica*. A *grammatica* pode ser considerada sob muitos aspectos e por isso são muitas as suas definições. *Grammatica practica*- é o complexo de regras destinadas ao uso correcto de qualquer lingua. É como mais vulgarmente se define: *a arte de escrever e falar correctamente*. Mas como todas as regras representam fatos observados e reduzidos ás generalizações de que são susceptíveis, a *grammatica* pôde e deve ser considerada a *sciencia* que tem por objecto os factos da linguagem [...]”.

Essa diferença é preciso ser enfatizada: o *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, é construído na relação entre dicionário e gramática, inserindo-se numa discursividade pedagógica. Outro ponto importante a ser ressaltado é o de que, apesar de haver dicionários ditos gramaticais anteriores ao dicionário de João Ribeiro, como o *Diccionario Grammatical Portuguez*, de Alexandre Passos, de 1865, e o *Diccionario Grammatical*, de Felisberto Carvalho, de 1886, o dicionário de João Ribeiro seria considerado, de fato, o primeiro dicionário gramatical brasileiro, pois não se trata simplesmente de uma gramática organizada em ordem alfabética para ser considerado um dicionário, mas de um texto que apresenta um funcionamento similar ao que conhecemos hoje como o de dicionários terminológicos, isto é, dicionários especializados sobre termos de determinada área (cf. F. Nascimento, 2019). Sobre esse ponto, Baldini afirma:

As obras de Passos e Felisberto de Carvalho mantêm-se apenas como gramáticas dicionarizadas. Desse modo, o dicionário de Ribeiro pode ser considerado, ao contrário dos dicionários anteriores, um instrumento de institucionalização dos sentidos de segundo nível, pois funciona como um discurso sobre o discurso das gramáticas, e não .- como um discurso da gramática. (BALDINI, 1999, p. 70).

Interessa-me, no dicionário de João Ribeiro, compreender a forma como, ao se falar da gramática e de fatos da linguagem, a questão racial comparece ao significar a língua portuguesa no/do Brasil. No prefácio da terceira edição, em relação às edições anteriores, João Ribeiro aponta que houve uma ampliação, a fim de contemplar questões que não foram discutidas nas primeiras edições, tais como “as que se referem á linguagem do Brasil (como attestam os vocab. d’est *Dicc.: Brasileirismos, Negro, Tupi-guarani, etc.*)”. O *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, não se limita a definir elementos comumente tidos como gramaticais, mas fatos que dizem respeito à linguagem, o que inclui não apenas a questão da língua no espaço brasileiro, mas dos sujeitos que a constituem e nela se subjetivam.

De modo geral, no *Diccionario grammatical*, de João Ribeiro, é possível observar uma preocupação com a questão da “linguagem brasileira” em um contexto histórico em que o processo de gramatização brasileiro feito por brasileiros estava acontecendo. Há, assim, uma explicitação da relação língua-sujeito nesse instrumento linguístico que significa tanto o sujeito-brasileiro quanto a língua portuguesa do Brasil. Os muitos “-ismos” presentes no dicionário (*africanismos, americanismos, asiaticismos, barbarismos, brasileirismos, francezismos, gallegismos, italianismos, lusitanismos etc.*), assim como

as referências aos sujeitos e às suas línguas (*aryanas, árabe, concani, francez, hespanhol, inglez, italiana, tupi-guarani etc.*), apontam para o espaço geográfico (por exemplo, o verbete *fronteira* e o verbete *mesologia e clima*) e para a particularidade da língua portuguesa no espaço brasileiro.

2. Verbetes no *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro

Os verbetes no *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, estão organizados em ordem alfabética. Muitas definições têm um viés histórico, apresentando um pequeno relato histórico sobre a etimologia do verbete e o seu uso em determinadas condições de produção. Há menções à forma como determinados verbetes circulam em outras línguas, tais como o francês, o alemão, o espanhol etc., o que aponta para o caráter comparativo de algumas definições do dicionário, seguindo os preceitos da gramática histórico-comparativa. O *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, seria, hoje, categorizado como um tipo de enciclopédia, produzindo um discurso especializado sobre a gramática de acordo com os saberes que circulavam à época, mais especificamente o da gramática comparativa⁵. Segundo Esteves:

as enciclopédias ocupam o lugar de fornecer os sentidos para que esse sujeito pragmático possa satisfazer as necessidades da vida cotidiana, possa *saber aquilo que deve saber*. Consultam-se, nas enciclopédias, verbetes relativos a tudo aquilo que se deseja saber. A enciclopédia se produz na ilusão de apresentar todas as respostas a tudo aquilo que o sujeito deseja conhecer. (*ibidem*, 2014, p. 48, [grifos do autor])

O dicionário de João Ribeiro seria um instrumento de “metassaberes” que tem como objetivo fornecer saberes atuais da época sobre a gramática de forma pedagógica. Além disso, muitas definições desse dicionário apresentam exemplos de obras literárias ou até mesmo de outros instrumentos linguísticos que validam a definição proposta pelo sujeito-lexicógrafo. Em outros verbetes, a definição remete à definição de outros verbetes, produzindo um movimento circular interno no dicionário, o que é comum no funcionamento interno de dicionários de maneira geral. Outros aspectos ainda poderiam ser aqui explorados para caracterizar o *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, mas, por ora, limito-me a analisar questões raciais presente nesse dicionário, apontando para discursividades recorrentes à época.

⁵ Conforme aponta Nunes (2007, p. 175-176), há uma divisão história entre enciclopédias (dicionários terminológicos) e dicionários de línguas. Essa separação se baseia no fato de que o dicionário de línguas definiria as palavras e o dicionário terminológico as coisas (cf. F. Nascimento, 2019).

A menção à palavra *raça* está presente em diferentes verbetes do *Diccionario Grammatical* e apresenta uma entrada específica *raças* (no plural) e uma entrada para a palavra *ethnos*, na qual *etnologia* é definida como “sciencia das raças”. Seguem os verbetes:

Ethnos, nação. — Elemento grego. *Etnologia*, sciencia das raças.

Raças - convém affirmar que o princípio ethnico não se deve confundir com a o linguistico. Assim, da identidade das linguas não se póde com absoluto rigor concluir identidade de raças ou variedades. O inglez, para exemplo, é uma lingua teutonica, apesar da latinização e de outras vicissitudes de seu vocabulario. Como pondera Reinach, as linguas, ao contrario das raças, nunca se misturam; a grammatica, que é a alma da linguagem, fica sempre pura através do vocabulario, e é o unico criterio sufficiente para estabelecer o parentesco e a classificação dos idiomas. No entanto, a grammatica comparada é um auxiliar importantissimo da ethnographia e já nos tem revelado, no dominio aryano, a situação material, moral e politica dos aryas, nossos antepassados em época pre-historica. O sabio Hehn mostra que o nome do sal não existe em sanscrito e nem o zend; logo a raça aryana occidental recebeu-o dos Semitas, que o encontraram já preparado nas praias do mar Morto. As linguas da Europa so têm uma palavra para designar o sal. A identidade das palavras designando nas linguas aryanas os animaes domesticos, os instrumentos de cultura, o bronze, os nomes de numero, etc., prova que, antes de se separarem, os aryanos eram uma raça de pastores, conhecendo a agricultura, a construcção de casas e navios, e que sabiam contar até cem. Demonstra-se da mesma fórma que tinham em commum as leis do casamento, obedeciam a reis, e haviam tido pelo menos duas idéas abstractas, a da divindade e a da gloria. As provas pela não identidade de um vocabulo são fracas sempre, porque póde haver archaismos ou desaparição d’elles; por exemplo: todos os aryanos designaram a mão esquerda por euphemismo differente de lingua a lingua, e a mão direita por derivados de *dak* (mostrar).

Na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, o processo de gramatização da língua portuguesa do brasil estava relacionado à questão do ensino. Não podemos esquecer que o *Diccionario Gramatical*, de João Riberio, é considerado um instrumento linguístico-pedagógico e que busca dar subsídios sobre fatos da língua portuguesa do Brasil, ancorado nas perspectivas científicas mais atuais na época. O fato de João Ribeiro ser também historiador e ter morado na Alemanha, o que lhe permitiu uma formação mais consolidada sobre a gramática comparada, é marcado no seu dicionário pela forma que os verbetes foram selecionados, enfatizando verbetes de áreas do conhecimento que dizem respeito à linguagem (*grammatica, linguistica, lexicologia etc.*) e definições que salientam a comparação entre línguas.

É por compreender a gramática de forma ampla, isto é, como “estudo de fatos da linguagem”, que as palavras *ethnos* e *raças* comparecem no dicionário com entradas específicas para significar a língua falada no/do Brasil. O verbete *ethnos*, que é reescrito como nação (mas poderia ser etnia ou povo), é definido como “*Etnologia*, sciencias das raças”. Nação e raças foram palavras recorrentes em discursividades da passagem do

século XIX para XX, principalmente no tipo de nacionalismo que produziu uma igualdade entre um povo e uma nação (cf. Rodríguez, 2000) e em teorias raciais baseadas na eugenia e na miscigenação. Por *ethnos*, no movimento de “palavra-puxa-palavra” (SILVA, 2015), chegamos ao verbete *raças*, a fim de compreender o que se entende por raça e como tal noção tem relação com a linguagem.

O verbete no plural, *raças*, é primeiramente definido por meio de uma ressalva “convém afirmar que o princípio ethnico não se deve confundir com a o linguistico. Assim, da identidade das linguas não se póde com absoluto rigor concluir identidade de raças ou variedades”. Não *deve*, segundo sustenta o sujeito-lexicógrafo, confundir o princípio étnico com o linguístico, pois a conclusão dessa relação não *pode* ser atestada cientificamente (“absoluto rigor”). Em outras palavras, raças e línguas não necessariamente se equivalem. O exemplo seria o inglês, cuja língua é teutônica, mas sofreu latinização e outras “vicissitudes”, ou seja, o inglês seria um exemplo de que língua e raça não se equivaleriam, já que houve processos históricos que não permitiriam que se afirmasse se tratar de um único princípio. Temos, nesse momento histórico, a delimitação do objeto de duas ciências que estavam em fase de constituição: a etnografia, significada como “ciências das raças”, e a linguística, como “ciência dos fatos da linguagem espontânea”⁶.

Ao trazer (Salomon) Reinach, autor da *Origem dos árias*, o sujeito-lexicógrafo afirma: “as linguas, ao contrario das raças, nunca se misturam; a grammatica, que é a alma da linguagem, fica sempre pura através do vocabulario, e é o unico criterio sufficiente para estabelecer o parentesco e a classificação dos idiomas”. No período do

⁶ O *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, conforme aponta Baldini (1999, p. 69), é o primeiro dicionário desse tipo, no Brasil, a trazer a definição do termo *Linguística*: “**Linguística** - Entre os escriptores de diversos paizes ha manifesta discordancia sobre o valor das denominações que recebe o estudo methodico da linguagem. Seria fastidioso repetir aqui os vários argumentos e polemicas que se desenvolveram a proposito do alcance dos tres termos *linguistica*, *glottologia* e *philologia*. Tudo, porém, parece attestar que a opinião victoriosa ou pelo menos a que conta maior numero de adeptos, é a que considera a *linguística* sciencia dos factos da linguagem espontanea, popular, em todos os idiomas; e a *philologia* a sciencia dos factos literários que se referem ás linguas. A *philologia* abrange a critica, o commentario dos textos antigos, a historia das linguas, principalmente naquillo que ellas possuem do elemento literário e culto; a *lingüística* apenas estuda a linguagem como expressão do pensamento, como formula exterior articulada da intelligencia humana em acção. O termo *linguística* é usado especialmente pelos francezes, e corresponde á denominação de *Sciencia da linguagem*, de uso commum entre os inglezes. A palavra *glottologia* tem a significação mais restricta, e estuda a linguagem apenas quanto aos factos physiologicos, ás alterações dependentes dos órgãos vocaes. Essas definições, porém, não estão sufficientemente fixadas por nenhum uso de grande generalidade entre os escriptores, e é bem provável que ainda durante muito tempo continue a confusão. (1) A vasta extensão do termo *philologia* foi limitada por um adjectivo: *philologia comparada*, e com esses ares não differe essencialmente da *linguística*.”

advento dos estudos científicos da linguagem, que culminou com a fundação da Linguística Moderna, a partir da obra *Curso de Linguística Geral*, em 1916, atribuída a Ferdinand de Saussure, delimitar o que fazia parte dos estudos da linguagem era fundamental para esse campo se consolidar enquanto ciência. Nesse sentido, línguas e raças não se confundiriam, ao contrário, seriam diferentes e demandariam disciplinas diferentes para estudá-las. As línguas “nunca se misturam” e pelo não dito as raças se misturam. Assim, “a grammatica, que é a alma da linguagem, fica sempre pura através do vocabulário”. Por meio de uma subordinada relativa (“que é a alma da linguagem”) se produz um “efeito de sustentação” (PÊCHEUX, 2009, p. 101) no dizer sobre o que é a gramática, isto é, um outro dizer é articulado sintaticamente para dar sustentação ao que se diz, possibilitando assim que elementos sabidos em outro lugar constituam e funcionem na interpretação ao produzir um efeito de linearidade no dito.

A gramática é, portanto, significada como a “alma da linguagem” e como “sempre pura através do vocabulário”. Alma e pureza, que marcam o atravessamento do discurso religioso, aqui comparecem para significar a gramática (e também a linguagem) em oposição às raças que nem sempre se manteriam “puras”. Na delimitação do que seria o campo dos estudos da gramática, o científico se faz presente, já que a gramática é “o unico criterio sufficiente para estabelecer o parentesco e a classificação dos idiomas”. Na definição de *raças*, dessa forma, dizeres da gramática comparada se fazem presentes, delimitando o lugar central que a gramática deve ter nos estudos comparados das línguas. A gramática comparada ajudaria aos estudos etnográficos, mas a etnografia não auxiliaria necessariamente no reconhecimento de parentesco e na classificação das línguas, já que o critério gramatical seria suficiente por si. Há, dessa forma, uma tentativa de delimitação do objeto de estudo da gramática comparada em relação à etnografia.

Muito ainda poderia ser dito sobre esse verbete, mas ressaltarei apenas mais um ponto: o exemplo da língua ariana. Há, não só nesse verbete, mas como em outros (*aryana, indo-européa, sanskrito* etc.), uma necessidade de inserir e ressaltar o lugar da língua portuguesa como parte dessa família aryana (ou indo-europeia), pertencente ao ramo *itálico*⁷. Há, assim, a preocupação de situar essa língua na história junto a outras línguas e ressaltar o que havia de mais atual na pesquisa da gramática comparada.

⁷ É importante, ainda, ressaltar que, historicamente, a noção de “família ariana” se relacionou ao de “raça ariana”, que foi significada como a “raça superior” (etnia branca-caucasiana) e atualizada em discursos nazistas para justificar as atrocidades sobre outras sociedades.

Passo, então, para os próximos verbetes. Devido à extensão das definições dos verbetes, alguns contendo mais de cinco páginas de definição, vou me limitar a ressaltar alguns pontos que tocam a relação entre língua e raça nos verbetes *brasileirismos*, *negro* e *tupi-guarani*. Segue recortada a definição do verbete *brasileirismos*:

Brasileirismos. — É a expressão que damos a toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portugueza vernacula e a falada geralmente no Brasil. Não se encobre porém aqui o intuito de exculpar com a expressão *brasileirismo* a viciosa inferioridade dos que escrevem mal ou pregam muito de industria as excellencias d'esse linguajar fora de todas as normas grammaticaes (1). Divergências ha, e ninguém põe duvida, entre os modos de expressão portuguezes e brasileiros. Ha quem dê ao conjuncto d'essas divergencias o valor de dialecto. O conceito de dialecto não tem, é verdade, limites bem assignalados e, como diz Witney, ha dialectos em todas as classes sociaes e no seio da própria família. A noção de dialecto, pois, poderia, sem grande inconveniente, ser applicada a qualquer systema de degenerações ou differenciações parciaes e geographicas da língua. Que esse dialecto, porém, tenha foros de lingua literaria e culta é o que de todo se torna inadmissivel, pois que a dialectação brasileira não é suficientemente caracterizada e intensa. [...]

Apenas faremos a analyse da linguagem que foi criação e producto do mestiçamento civilizado das raças e povos fundamentaes. A possibilidade e fatalidade da dialectação creola ou mestiça resultou da vida nova dos europeus coloniaes, ou dos que adoptaram a vida e os usos dos europeus. Diversos factores collaboraram para isso: o clima, a presença de tres raças (a port. e a africana) e a outra inimiga (a tupi), os ciganos, os hespanhóes, o typo mestiço ou creolo resultante do caldeamento, as novas necessidades, novas perspectivas, novas cousas e novas industrias. Datam os primeiros estabelecimentos de ensino dos meados do século XVI. D'ahi em diante a colonisação e o fundo crescente da immigração portugueza adiantaram o mestiçamento da raça, quando desde cedo as necessidades industriaes impozeram o trafico de africanos. No século actual a crise do proletariado europeu, occasionando diversas correntes de despovoamento e emigração do solo, procurando por aclimação mais fácil, a zona sub-tropical e temperada, tende a produzir no Brasil dois typos ethnicos differentes; o nortista, fiel ás tradições, mais homogeneo e mais proximo do brasileiro do typo colonial; o sulista, perdendo o caracter nacional na incohesão do cosmopolitismo, italianizado, germanizado, ainda não está definido.

[...]

Os documentos anteriores e já examinados podem fornecer-nos matéria para algumas conclusões. Vimos que o elemento mestiço accentuou-se por ditferenciações de tres ordens: phonicas, morphicas e ideologicas, isto é, separou-se da tradição primitiva pelo som, pela fôrma e pela idéa. Na sobreface e no fundo as alterações foram largas e intensas: quasi nenhum systema de flexão escapou á degeneração inevitável, de sorte que os característicos mais salientes bastariam para uma integração final e decisiva. No emtanto, força é confessar, isso não basta para a constituição e disciplina de qualquer lingua culta, e a literatura brasileira tão cedo não deixará de ser um domínio da lingua immortal do Camões. —Vide as palavras *Negro* (elem.), o *tupi* (elem.), *cigano* e *dialecto*.

A definição do verbete *brasileirismos* é composta por algumas páginas e mereceria uma análise mais específica, principalmente no que tange à distinção entre a língua portuguesa na/da Europa e a língua falada no Brasil. Essa distinção entre a “língua vernácula” (a língua falada na Europa) e a “língua falada geralmente no Brasil” já está

marcada no início do verbete. Como há diferenças entre os modos de falar nesses dois espaços, cabe ao sujeito-lexicógrafo descrever essas diferenças. A noção de *dialeto*, então, comparece, embora, como é ressaltado, ainda apresentasse divergências na sua definição. A partir de Witney, filólogo que estudou a gramática do sânscrito e compreendia língua como instituição social, é discutido que a noção de *dialeto* está presente em todas as classes sociais e segmentos de uma sociedade e poderia “ser aplicada a qualquer systema de degenerações ou diferenciações parciais e geographicas da língua”. A noção de “sistema de degenerações” é importante, porque nos permite compreender, pelo não dito, que há sistemas que não “degeneram”, ou seja, se manteriam “puros”. No caso específico da língua portuguesa no Brasil, a dialeção não seria “suficientemente caracterizada e intensa”, o que permite afirmar que não se trataria de uma outra língua apesar de haver a necessidade de caracterizar a língua falada no território brasileiro e diferenciá-la da língua falada em Portugal.

Para analisar o caso brasileiro, é a noção de *raças* que comparece para significar *brasileirismos*. É interessante observar como as entradas aparecem no plural (*raças, brasileiroismos*), e não no singular. Como afirma Schwarcz, o Brasil, no final do século XIX, era descrito como “*uma imensa nação mestiça*” (1994, p. 137, *grifos da autora*). A terceira edição do *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, data de 1906, e materializa dizeres que foram recorrentes no Brasil na segunda metade do século XIX, sobre o processo de miscigenação racial “pacífico” no país, e que foi difundido nas ciências sociais e humanas de modo geral pelo mito de uma suposta democracia racial, sobretudo a partir da década de 1930, sobretudo com a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

Por meio da construção do Brasil como *uma nação imensa nação mestiça*, foi possível falar de uma “miscigenação civilizada das raças e povos fundamentaes”, em que o europeu teria lugar central nesse processo. Ao significar a miscigenação ocorrida no Brasil como “civilizada”, apagam-se as opressões e os massacres que estão na base desse processo. Esse apagamento pode ser observado na passagem seguinte, em que se afirma que a vinda dos europeus coloniais e a “adoção” de sua forma de vida e de seus usos teriam colaborado para a “dialectação creola ou mestiça”. A relação desigual de forças entre as línguas e os sujeitos (e suas raças) não é explicitada, já que teria sido fruto de uma “adoção” (passiva), e não necessariamente resultado de imposições (lutas, mortes, opressões, leis etc.). Essa questão, a meu ver, é fundamental de ser enfatizada: ao se

apagar as condições de produção e com elas todas as atrocidades do processo de colonização, foi possível significar a “miscigenação brasileira” e a formação da “linguagem brasileira” como “civilizadas”, e não como parte de um processo de colonização linguística (MARIANI, 2004) e de segregação racial.

Diversos fatores teriam contribuído para a linguagem do Brasil, dentre os quais o clima (que aparece nas definições de outros verbetes e apresenta uma entrada específica no dicionário: *mesologia e clima*) e a presença de três raças. É interessante observar como a questão geográfica apresenta uma importância para a compreensão da linguagem no Brasil, o que está aliado com dizeres científicos da época. Entretanto, na definição do verbete *mesologia e clima*, há a ressalva sobre um certo exagero na tese climática (determinista) para compreensão da linguagem⁸. Na definição do verbete *brasileirismos*, por sua vez, há uma tentativa de historicizar a questão geográfica, na qual as três raças (a portuguesa, a africana e a tupi, sendo esta a “inimiga”) e “os ciganos, os hespanhóes, o typo mestiço ou creolo” seriam constitutivos do Brasil. A tese da “miscigenação civilizada”, assim, vai sendo atualizada na textualidade específica da definição do dicionário, produzindo uma narrativa homogênea para as raças e a linguagem brasileira.

É preciso ressaltar, ainda, como a divisão do país entre norte e sul foi historicizada e significou o país em dois grupos étnicos: “o nortista, fiel às tradições, mais homogêneo e mais próximo do brasileiro do tipo colonial; o sulista, perdendo o caráter nacional na incoerência do cosmopolitismo, italianizado, germanizado, ainda não está definido”. Esse jogo entre o nacional (ligado à tradição e ao tipo colonial, que é representado pelo

⁸ O início do verbete *mesologia e clima* é definido da seguinte maneira: “**Mesologia e clima.** — Na linguagem a influencia do clima, que tem sido exaggerada, não é bastante nitida, de modo que seja analysada cabalmente. Deve-se admittir um influxo devido á acção de todo o clima, em qualquer parte do globo. Mas que fica apurado, quando se pretende notar as differenciações produzidas pelas variedades climatericas? Em que, por exemplo, consiste a influencia do clima tropical? Quaes são os factos, na lingua dos brasileiros, que attestam a influencia d'aquelle factor? Se o *brasileirismo* representasse um estado pathologico da lingua devido ao clima tropical, idêntico phenomeno devia produzir-se na India, em Ceylão, onde a lingua portugueza foi implantada e differenciou-se sob a acção de clima idêntico ou bastante proximo. Ora, o Indo-portuguez de nenhum modo se aproxima da linguagem lusoamericana. Os factos que no Brasil se devem attribuir ao clima, são notados nas variações prosodicas, mormente no accento provinciano ou *sotaque*. E devem ser attribuidos ao clima, porque são independentes da lingua e da raça, e já foram notados nas línguas que dominaram anteriormente, o guarani (dialecto do sul), o tupi (dialecto do norte). Tudo o mais é problemático e assás contestável; não porque a acção climaterica seja nulla, mas por não ser claramente apreciavel, e ser mesmo pouco efficaz quando a humanidade attinge um grilo notável de progresso, isto é, de victoria contra a natureza, de subtracção às forças materiaes do meio. Eis o que, a respeito, ha muitos annos, escrevemos: “Além das *raças e línguas*, convém não esquecer um factor de importância limitada, designado sob o nome de *meio* ou *condições mesologicas*, entre as quaes a principal é incontestavelmente o clima. A *mesologia* abrange o estudo do clima, dos accidentes e contornos do solo e das aguas, da alimentação, do *modus vivendi* material dos homens. [...]”.

nortista) *versus* o cosmopolitismo (ligado ao europeu, que é representado pelo sulista) aponta para a consolidação de dizeres que permearam o imaginário sobre o norte/nordeste (aqui também se incluiria o centro-oeste) como “atrasado”, “inculto”, “pouco urbanizado” e que “fala errado” por estar mais próximo das “origens” do Brasil colonial, isto é, das sociedades que aqui já estavam quando os portugueses invadiram o país, e dos sulistas/sudestinos, como mais “adiantados”, “urbanizados”, “cultos” por serem descendentes de imigrantes europeus, como italianos e alemães.

Por fim, o último recorte do verbete *brasileirismos* aponta para o modo como a ciência (“documentos anteriores e já examinados”) significou a língua falada no Brasil e como o “elemento mestiço” comparece para significar *brasileirismos*. O “elemento mestiço” teria apresentado diferenciações “phônicas, morpicas e ideológicas, isto é, separou-se da tradição primitiva pelo som, pela fôrma e pela idéa”, desenvolvendo largas alterações. Houve, desse movimento, “denegações inevitáveis” em relação à “tradição primitiva”, mas, salienta o sujeito-lexicógrafo, “isso não basta para a constituição e disciplina de qualquer língua culta, e a literatura brasileira tão cedo não deixará de ser um domínio da língua immortal do Camões”.

Sobre essa passagem, dois pontos. O primeiro diz respeito às noções de “degeneração” e “tradição primitiva”, de filiação evolucionista, as quais pressupõem uma língua “pura” e primeira que sofreria “degenerações” ao passar do tempo. Embora em outros momentos do verbete, a partir de Witney, seja ressaltado que a dialeção é processo que ocorre em diferentes espaços onde as línguas circulam, não por acaso, o “elemento mestiço” estaria relacionado ao processo de “degeneração” do português (europeu) e à constituição da língua falada no Brasil (a linguagem brasileira). O segundo ponto diz respeito ao *status* que a língua falada no Brasil apresenta em relação à de Portugal, pois, apesar das “alterações”, não se teria no Brasil uma “língua culta” e a literatura brasileira ainda seria domínio da “língua immortal de Camões”. Embora João Ribeiro produza um dizer que aponta para a particularidade da história brasileira e da língua falada nesse território, ressaltando que as diferenças entre a língua falada aqui e em Portugal vão para além de vocábulos, ainda assim não se trataria de uma outra língua.

A definição do verbete *brasileirismos* se encerra remetendo a quatro verbetes: “*Negro* (elem.), *o tupi* (elem.), *cigano* e *dialecto*”. Para concluir este pequeno percurso, proponho, devido à extensão das definições desses verbetes, a leitura de dois recortes das definições de *negro* e de *tupi-guarani*, ambos classificados como elementos.

Negro, elemento. — Sob a denominação de *Elemento negro* designamos toda a especie de alterações introduzidas na linguagem brasileira por influencia das linguas africanas faladas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiaes como affirmam alguns estudiosos; ao contrario, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabuiario, mas até ao systema grammatical do idioma. A bibliographia do assumpto é pouco abundante, se exceptuarmos no Brasil raros trabalhos do eminente philologo Macedo Soares. [...].

Tupi-guarani. — Sob este titulo estudamos o conjuncto de factos que na linguagem brasileira são attribuidos á influencia dos Índios do Brasil em contacto com o brasileiro civilizado. Não será fora de proposito dizer alguma cousa sobre a origem e caracter das raças americanas antes de considerar as linguas que falavam. As raças americanas não se distinguem fundamentalmente e podem ser reunidas sob uma única classe, como já foram sob o termo mongoloide. As raças do novo continente entre si têm maiores affinidades de caracteres do que as do velho mundo.

[...]

A população brasileira que estava em contacto maior ou menor com o indígena, não era de todo homogenea, como se poderia crer tratando do passado da nossa civilização. Todos os documentos attestam pelo contrario que na elaboração do typo brasileiro, hoje determinado, concorreram elementos heterogeneos, heterogeneos mesmo em si proprios (2).

Tanto o verbete *negro* quanto o *tupi-guarani* são classificados como elementos. No próprio *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, há duas entradas sobre esse ponto: *elementos* (elementos de derivação - prefixo e sufixo) e *elementos históricos*. Os verbetes *negro* e *tupi-guarani* seriam classificados como “elementos históricos”, cuja definição é uma citação atribuída às iniciais P. J.: “Dá-se esta denominação ás varias línguas que concorreram para a formação do portuguez, e para o accrescimento do seu vocabulário”. Assim, tanto o elemento *negro* quanto o *tupi-guarani* comporiam o que é designado por “linguagem brasileira”. Por *negro*, entende-se “toda a especie de alterações introduzidas na linguagem brasileira por influencia das linguas africanas faladas pelos escravos introduzidos no Brasil”; e por *tupi-guarani*, “o conjuncto de factos que na linguagem brasileira são attribuidos á influencia dos Índios do Brasil em contacto com o brasileiro civilizado”. A “linguagem brasileira”, dessa forma, seria composta pelas “alterações introduzidas” e pela “influência” de elementos oriundos do “contato” com línguas africanas e indígenas.

“Alterações”, “influência” e “contato” são noções que ainda circulam na Linguística atual⁹. Da forma que essas noções são significadas nas definições de *negro* e de *tupi-guarani*, embora apontem para o caráter histórico desse “contato”, as relações de

⁹ Rogério Modesto (2015), ancorado na HIL, discute o debate sociolinguístico em torno do conceito de *transmissão linguística irregular*. É interessante observar como tal conceito atualiza sentidos sobre “alteração linguística” e “contato linguístico”.

força não são explicitadas: os escravos foram “introduzidos no Brasil” e os “índios do Brasil (entraram) em contacto com o brasileiro civilizado”. São apagadas as formas de dominação e massacres que aconteceram nessa “introdução” e nesse “contato” com o “brasileiro civilizado”. “Civilizado” e “não civilizado” são dizeres recorrentes na passagem do século XIX e XX para significar/classificar/hierarquizar sujeitos, suas línguas e seus espaços de vida tendo como referência à cidade (cf. Rodríguez-Alcalá, 2018; F. Nascimento, 2019).

Na definição do verbete *negro*, embora a bibliografia sobre o tema seja escassa, o sujeito-lexicógrafo se posiciona frente a discursos da época que entendia as “alterações introduzidas” na linguagem brasileira pelas línguas africanas de forma superficial. Ao contrário, para o sujeito-lexicógrafo, essas alterações são profundas e estão presentes no sistema gramatical do idioma. Essa discussão é fundamental nesse contexto histórico, já que essas alterações profundas determinaria a diferença da língua falada no Brasil e na Europa, sendo possível falar de uma “linguagem brasileira”.

No tocante ao verbete *tupi-guarani*, para significar o “contato” das línguas indígenas com a língua portuguesa, é a noção de *raças* a que se recorre para significar esse “contato”. As raças do velho mundo seria mais heterogêneas do que a do novo mundo, que poderiam ser classificadas pelo termo “mongoloide”. Embora sejam diferentes entre si, as sociedades indígenas são significadas como homogêneas, apreensíveis pela suas características e formas de vida, enquanto o europeu seria heterogêneo. Há, na base dessa discursividade, um caráter evolucionista, no qual sociedades indígenas seria mais “puras” por terem sofrido menos “contato” com outros grupos. O indígena é significado à parte da “população brasileira” embora o “contato” com sociedades indígenas também defina o “tipo brasileiro”. Esse “tipo brasileiro”, como atestam os documentos (discurso de autoridade), provaria o caráter heterogêneo em si da constituição do brasileiro. Sobre esse ponto, há uma nota de rodapé que compõe a definição:

(2) Os nucleos das povoações brasileiras eram todos mesclados: francezes, hespanhoes em grande numero, judeus que emigravam para escapar á acção inquisitorial, ciganos depois de 1600, portugueses e açorianos em maioria : taes eram os elementos do typo branco. O typo negro também era assás impuro e não emigrou de um só logar da Africa ao contrario, veio de todos os pontos de oéste e léste do continente, do golphio de Guiné para o sul. O typo vermelho (índio) era o único puro, se è que já nelle não existiam os cruzamentos indicados por certos matizes de côr (*tupiuna*, pretos; *tupitinga*, brancos), notados por elles proprios. Deve-se de mais notar que a emigração heterogenea, embora pequena quanto ao cruzamento, porque era constituída quasi toda por homens, ao passo que as mulheres índias ou negras, de raça

inferior, submetiam-se ao regime da polygamia, imposto pelo macho. Os tipos de cruzamento mais conhecidos são o *mameluco* (branco e índia, producto vigorosíssimo), *mulato* (branco e preto), e *cabaré, cafuz* (índios e pretos), etc.

A heterogeneidade do “tipo brasileiro” é explicada a partir dos núcleos de povoações brasileiras que eram “mesclados”. São três os tipos nucleares: o “tipo branco” (franceses, espanhóis, judeus, ciganos, portugueses e açorianos), o “tipo negro” (considerados bastante “impuros” eram oriundos do oeste e leste do continente africano) e o “tipo vermelho” (considerados “puros”). É enfatizado o caráter heterogêneo desses tipos. O “tipo branco” seria de diversas regiões, mas, apesar de diversos entre si, não é classificado como “impuro” tal como o “tipo negro”. O “tipo vermelho”, que corresponderia ao índio, seria considerado “puro” embora houvesse entre eles diferenciação pela cor (brancos e pretos). Entre eles, havia o reconhecimento da diferença, mas visto pelo *outro* (o “civilizado”) eram “índios puros”. Esse jogo entre “puro” e “impuro” que atravessa determinados sentidos sobre raças, ainda que não seja o ponto central da discussão proposta por João Ribeiro para compreender o princípio linguístico, não deixa a língua ilesa, já que a “miscigenação racial” (e todo discurso de pureza que muitas vezes está acompanhado dessa designação) significa/hierarquiza não só as raças (os sujeitos), mas também suas línguas e seus espaços de vida como “puros/impuros”. Isso porque, como ressalta Rodríguez-Alcalá (2011, p. 246, *grifo da autora*), “*sujeitos, sentidos e espaço* se constituem num mesmo processo histórico, existindo entre esses termos uma *relação constitutiva*”.

Além da questão racial, a de gênero também comparece para significar o “tipo brasileiro”. Grande parte dos europeus que migraram para o Brasil e dos africanos escravizados eram homens e o “macho” impunha o regime da poligamia às mulheres negras e indígenas. Se negros e indígenas eram considerados “raças inferiores”, as mulheres negras e indígenas, além de serem inferiorizadas racialmente, eram inferiorizadas por serem mulheres. Por meio de termos científicos que circulavam na época, os sujeitos são significados, classificados e hierarquizados pelo gênero e pela raça, sendo os “tipos de cruzamentos” mais conhecidos: “o *mameluco* (branco e índia, producto vigorosíssimo), *mulato* (branco e preto), e *cabaré, cafuz* (índios e pretos)”. Não por acaso, o “cruzamento” do branco com a índia é significado como um “produto vigorosíssimo”, resultado da imposição do homem branco (europeu) sobre as indígenas, cujos traços do

“macho” branco europeu prevaleceria no processo de branqueamento da população e na composição do tipo nacional.

Considerações finais

Pela textualidade específica do dicionário, são materializadas e legitimadas narrativas que circularam em determinadas condições de produção. Na passagem do século XIX para o século XX, o Brasil, recém independente, buscava construir uma identidade nacional por meio da questão da língua (a “linguagem brasileira”) e do ser brasileiro. Falar sobre raças e sobre processo de miscigenação no país era, portanto, significar a língua e os sujeitos brasileiros.

Embora, no *Diccionario Grammatical*, de João Ribeiro, seja enfatizado que o princípio étnico e o princípio linguístico não se equivalem, são sentidos sobre raça que comparecem para significar a linguagem brasileira. Dois processos estavam em jogo: significar a “miscigenação” como “civilizada”, cultivando o mito da democracia racial no Brasil e silenciando as diferenças étnico-raciais, e caracterizar as especificidades da linguagem falada no território brasileiro, ressaltando a sua história e o seu caráter nacional. Nesse sentido, “alterações”, “degenerações”, “contato” são noções que passam a circular nos estudos da linguagem no Brasil, materializando tensões étnico-raciais e o conflito social.

Como afirmou Rogério Modesto, na conferência *Tensões raciais entre a ideologia e a língua*¹⁰, ainda “falta à (história da) linguística perguntar pelos sentidos racializados da língua cuja irrupção é abafada no nosso conhecimento linguístico”. A questão racial está na ordem do dia, mas não é um tema novo. Diferente talvez seja o modo que está se tentando explicitar o *racismo linguístico* (cf. G. Nascimento, 2019), ao produzir outros gestos de leitura sobre sujeitos não brancos na produção do conhecimento linguístico brasileiro.

Referências

BALDINI, L. *A nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 1999.

¹⁰ Trata-se da conferência de recepção dos calouros do IEL/UNICAMP em março de 2020. Recentemente, Rogério Modesto deu uma entrevista sobre o texto de sua conferência no *Podcast* do ALHURes: <https://www.youtube.com/watch?v=5X24B5BPQtk>.

DELESALLE, S.; VALENSI, L. Le mot “nègre” dans les dictionnaires français d'Ancien Régime; histoire et lexicographie. In: *Langue Française: Langage et histoire*, p. 79-104, 1972.

ESTEVEZ, P. M. S. *O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863 – 1973)*. Tese de doutorado da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Niterói: [s/n], 2014.

FERREIRA, A. C. A Análise de Discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas no Brasil. In: *Fragmentum*, número especial, jul-dez, 2018, p. 17-47.

MARIANI, B. S. C. *Colonização linguística: línguas, política e religião (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII)*. Campinas, Pontes, 2004.

MODESTO, R. Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do conceito de Transmissão Linguística Irregular. In: *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 36, 2015, p. 89-118.

_____. *Tensões raciais entre a ideologia e a língua*. Texto mimeografado. 2020.

NASCIMENTO, F. A. S. *Definir/conceituar: história e sentidos da palavra-conceito cultura em dicionários de línguas e de terminologias*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 2019.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

NUNES, J. H. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, E. *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 163-181.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 113-134.

_____. Apresentação. In: _____. *Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes, 2001, p. 7-20..

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

RIBEIRO, J. *Diccionario Grammatical*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

RODRÍGUEZ, C. *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 2000.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.) *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011, p. 243-258.

_____. Notas sobre a noção de cultura e sua relação com a de civilização: o ocidente como observatório das formas de vida social. In: *Fragmentum*. Número especial, jul/dez, 2018, p. 61-90

SILVA, M. V.. *História da alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização*. 1ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SCHWARCZ, L. Espetáculo da Miscigenação. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, p. 1994,15-23.